

POR UMA HISTÓRIA LOCAL “A CONTRAPELO”: RECONSTRUINDO NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SP A PARTIR DE WALTER BENJAMIN

FOR A LOCAL HISTORY “AGAINST THE GRAIN”: RECONSTRUCTING HISTORICAL NARRATIVES ABOUT THE CITY OF SÃO CARLOS-SP BASED ON WALTER BENJAMIN

1

João Paulo da Silva¹

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v3i1.9088>

Resumo: O presente texto busca aproximar as interpretações da história regional e/ou local das teses “*Sobre o conceito de história*”, de Walter Benjamin. Assim, a partir do exemplo da construção da “memória oficial” do município de São Carlos-SP, o artigo apresenta a possibilidade de tecer “contranarrativas” às “memórias oficiais”, priorizando outros recortes e outros enquadramentos que auxiliem a compor uma memória mais coletiva, mais horizontal: uma “história a contrapelo”. Para isso, o texto analisa algumas passagens da construção da “memória oficial” de São Carlos, tomando como base o que foi produzido pelos memorialistas locais, ou os “historiadores da casa”. Para tal, o artigo apresenta uma análise da disputa em torno do “mito de fundação” do município, tentando visualizar quais grupos, de fato, são invisibilizados no processo. Por fim, o texto demonstra também como até mesmo a utilização de termos, como “ocupação”, “sertão” e “povoamento”, tão comuns nos textos que tratam o interior, carregam uma forte carga de “violência simbólica” que suprimem grupos subalternizados, sobretudo aqueles que não fazem parte de uma elite rural local.

Palavras-Chave: História Regional. Memória. Walter Benjamin.

Abstract: This text seeks to bring together the interpretations of regional and local history of the theses “*On the philosophy of history*”, by Walter Benjamin. Thus, based on the example of the construction of the “official memory” of the municipality of São Carlos-SP, the article presents the possibility of weaving “counter-narratives” to the “official memories”, prioritizing other clippings and other framings that help to compose a more collective, more horizontal: a “history against the grain”. For this, the text analyzes some passages in the construction of the “official memory” of São Carlos, based on what was produced by the local memorialists. To this end, the article presents an analysis of the dispute around the “foundation myth” of the municipality, trying to visualize which groups, in fact, are made invisible in the process. Finally,

¹ Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Integrante dos grupos História Social das Migrações e do Trabalho (UFSCar) e InterMob (UFSCar). E-mail: jps.historia@gmail.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7382-6020>



the text also demonstrates how even the use of terms such as "occupation", so common in texts that deal with the interior, carry a strong charge of "symbolic violence" that suppress subalternized groups, especially those who are not part of a local rural elite.

Keywords: Local History. Memory. Walter Benjamin.

Introdução

Grande das produções de textos históricos sobre os municípios do interior de São Paulo foram escritos durante o final do século XIX até meados do século XX, por historiadores, memorialistas e/ou cronistas que tinham como objetivo apresentar as regiões através de narrativas lineares, positivas e positivistas. É comum entre essas narrativas o fato de elencarem de maneira ufanista os feitos políticos e econômicos de membros das elites locais, relacionando-os diretamente com a ideia “progresso” dos municípios. Assim, esses textos normalmente celebram determinados atores, acontecimentos e possíveis potencialidades locais. A lógica pela qual essas “histórias oficiais” são construídas é quase sempre a mesma: fazendeiros, “homens bons e virtuosos” agiam em “prol da coletividade” para trazerem o desenvolvimento para as regiões ermas e desabitadas do interior de São Paulo.

Nesse sentido, é possível verificar o que Michael Pollak (1989) denomina “controle de memória”: um constante processo de repetição e de (re)criação do passado, com o objetivo de forjar narrativas e identidades épicas para determinados grupos. Segundo o Pollak, esse controle se dá pela produção de discursos organizados em torno de grandes personagens e grandes acontecimentos, selecionados criteriosamente por “historiadores da casa” ou “mitômanos” (POLLAK, 1989, p. 10). Esse “controle da memória” é mais ainda evidente quando observamos algo muito comum a esses municípios: “o mito fundador”. Segundo Truzzi e Follis, “por razões práticas, para poder cultivar a memória local em uma narrativa sem ambiguidades, em geral se deseja identificar a figura unívoca de um fundador” (2012, p. 32). Ao mitificar a figura desses fundadores, o “controle da memória” se faz preponderante na constituição de “memórias oficiais” dos municípios. Memórias estas que, em sua esmagadora maioria, destacam os grandes fazendeiros, subsumindo e invisibilizando os atores pertencentes aos grupos nativos, negros e camponeses pobres.



É o caso de São Carlos, município localizado na região central do Estado de São Paulo, situado a 228 km da capital e que em 2016 contabilizava 241.389 habitantes (IBGE, 2016). É interessante notar que a “memória oficial” do município registra uma disputa pelo *status* de “herói fundador”. Essa disputa se dá entre a família Arruda Botelho - mais precisamente em torno do nome de Antonio Carlos de Arruda Botelho - e a família de Jesuíno José Soares de Arruda, tropeiro e fazendeiro da região. Como veremos ao longo do texto, mesmo tendo uma disputa entre narrativas do “mito fundador” de São Carlos, ambas são entre membros de uma elite rural local. Ainda que um dos principais rios do município se chame popularmente de “córrego do Gregório”, em referência a um possível primeiro habitante da região, um posseiro pobre chamado Gregório, essa referência simplesmente desaparece de qualquer outro registro oficial do município.

Portanto, pode-se afirmar que as produções históricas regionais e/ou municipais ainda são aquelas que mais sofrem influências das tradições positivistas, que busca somente construir uma história factual, ligada aos feitos dos “vencedores”. Nesse sentido, há uma produção de uma memória local sedimentada sobre a “história oficial”, à medida que as informações contidas nesses textos são reproduzidas recorrentemente de forma acrítica por inúmeros meios: produções oficiais de prefeituras, folhetos de divulgação de turismo, livros e órgãos de imprensa locais. Não é raro até mesmo os poucos trabalhos acadêmicos sobre história regional repetirem essas informações. Quanto aos “vencidos”, a “história oficial” os constrange a dois lugares não necessariamente excludentes: ou são apresentados como “obstáculos ao progresso” – obviamente transpostos pelos vencedores; ou são totalmente excluídos da memória local.

Com esse contexto, se faz necessário a produção de uma “contra memória” que abrigue a narrativa dos “vencidos”. Para alicerçar essa produção, é bastante pertinente mobilizarmos as teses *Sobre o Conceito de História*, de Walter Benjamin, um dos maiores manifestos historiográficos contra a chamada “história dos “vencedores”. Escritas por Benjamin no início de 1940, muito provavelmente sob influência do pacto de não-agressão entre Stalin e Hitler, as *teses*² certamente influenciaram toda uma geração de historiadores. Apesar de Walter Benjamin não ter elaborado concretamente uma historiografia, a sua ideia de “história dos vencidos” – ou

² Me referirei ao texto a partir daqui como as *teses*.

“história a contrapelo” – perpassa pelas principais escolas historiográficas da segunda metade do século XX até a contemporaneidade. Entre elas estão a *nouvelle histoire*, que abriga nomes como Jacques Le Goff e Georges Duby; e o “novo marxismo inglês” representado por Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm (GAGNEBIN, 1982; PRESSLER, 2006).

Com efeito, a proposta do presente texto é apresentar a caminhos para a construção de uma “história regional a contrapelo”, a fim de produzir narrativas alternativas às “memórias oficiais”, priorizando outros recortes e outros enquadramentos que auxiliem a compor uma memória mais coletiva, mais horizontal. Enquadramentos que produzam sentidos verdadeiros para a população e que esta sinta-se verdadeiramente representada na constituição da memória das regiões as quais fazem parte. Para isso, buscarei analisar algumas passagens da construção da “memória oficial” de São Carlos, tomando como base o que foi produzido pelos “historiadores da casa”. Farei, para tal, uma análise da disputa em torno do “mito de fundação” do município, tentando visualizar quais grupos, de fato, são invisibilizados no processo. Procurarei demonstrar também como até mesmo a utilização de termos, como “ocupação”, “sertão” e “povoamento”, tão comuns nos textos que tratam o interior, carregam uma forte carga de “violência simbólica” que suprimem grupos subalternizados, sobretudo aqueles que não fazem parte de uma elite rural regional.

2. De Benjamin e a partir de Benjamin: concepções históricas e historiográficas.

Walter Benjamin é um autor muito peculiar. Nas palavras de Michael Löwy, “sua obra fragmentada, inacabada, às vezes hermética, frequentemente anacrônica e, no entanto, sempre atual, ocupa um lugar singular, realmente único, no panorama intelectual e político do século XX” (2005, p. 13). Em *Walter Benjamin: os cacos da história*, Jeanne Marie Gagnebin recupera a trajetória de vida do autor para pontuar essa peculiaridade de sua obra apontada por Löwy. Ao aproximar vida e obra de Benjamin, a autora diz que ambas são tributárias de um “fracasso exemplar”:

[...] porque Benjamin nunca “obteve êxito”, nem em seus amores, nem em sua carreira profissional, e porque suas obras constituem, de acordo com suas próprias palavras, “pequenas vitórias e grandes derrotas”; mas fracasso exemplar, porque ele testemunha de maneira lúcida e candente, não somente

a dificuldade de um intelectual – sobretudo judeu – para sobreviver sob o fascismo sem se renegar, como também as insuficiências, ao mesmo tempo práticas e teóricas, do movimento político que teria de resistir o mais eficazmente ao fascismo, do movimento comunista da III Internacional, e da social-democracia alemã sob a república de Weimar. (GAGNEBIN, 1982, p. 8).

Judeu, nascido em 15 de junho de 1892, em Berlim, Benjamin começa a cursar Filosofia em 1912, na Universidade de Friburgo. Entretanto, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, se vê obrigado a mudar para Suíça, em 1917 – ano que também se casa - para poder concluir seus estudos e escapar do alistamento obrigatório. Então, em 1919, conclui seu doutorado na Universidade de Berna, como o título de *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. No ano seguinte retorna a Berlim. Com muitas dificuldades financeiras, pede auxílio ao pai para conseguir escrever sua tese de livre-docência, sobre a origem do drama barroco alemão. Entretanto, em 1925, sua tese é recusada pelo Departamento de Estética da Universidade de Frankfurt/Mein, sob a alegação de não ser um trabalho propriamente filosófico. Benjamin é constrangido, assim, a renunciar à carreira acadêmica.

Com baixas perspectivas profissionais e altas dificuldades financeiras, Benjamin recebe diversos convites do amigo Gershom Scholem, recém-professor da Universidade de Jerusalém, para ir até a Palestina tentar carreira. Entretanto, apesar de chegar a receber uma bolsa da instituição para estudar hebraico a fim de mais tarde trabalhar na Universidade, Benjamin acaba abandonando o projeto. Segundo ele mesmo, em cartas trocadas com Scholem, seu árduo processo de divórcio, consumado em 1930, impediu-o de concretizar a empreita. Vale ressaltar que por ter recebido ajuda financeira da família de sua esposa, Benjamin foi obrigado a pagá-la, antecipadamente, parte de sua herança paterna, o que certamente lhe piorou a já precária situação financeira.

Após o divórcio, passa a viver entre Berlim, Paris e Ibiza, alternando entre trabalhos de jornalista, tradutor, radialista e ensaísta. Até que em 1933, Hitler se torna chanceler da Alemanha. Após o incêndio do *Reichstag*, provocado pelos próprios nazistas que lançam a culpa sobre a oposição comunista, membros da esquerda e judeus começam a sofrer constante perseguição. Nesse contexto, Benjamin perde os trabalhos que mantinha em rádios e revistas em Berlim e, em março desse ano, exila-se na França.

A crescente instabilidade material e os constantes problemas de saúde dificultam muito a vida de Benjamin a partir de então. Ele ainda moraria um tempo na Dinamarca, na casa de Bertold Bretch, e na Itália, na casa de sua ex-mulher. O ano de 1939, sobretudo, significaria “o começo do fim” para Benjamin. O pacto de não-agressão entre Hitler e Stalin teve um forte impacto sobre ele, judeu de esquerda, no exílio. Além disso, nesse ano, Benjamin é internado em um “Campo dos Trabalhadores Voluntários”, em Nièvre. No início de 1940, é liberado, volta a Paris e, sobre a influência desses acontecimentos, escreve as teses *Sobre o conceito de história*. Nesse momento, tenta exílio para os Estados Unidos, pleiteando, através de Max Horkheimer, uma vaga na universidade americana. Mas as tropas alemãs chegariam à França antes da resposta do amigo. Em junho, com a invasão dos nazistas e o real temor de ser enviado desta vez para a morte em um campo de concentração, Benjamin foge para o sul, onde consegue um visto de entrada de urgência para os Estados Unidos e um visto de trânsito para a Espanha. Precisou, para isso, com um grupo de refugiados, fazer um longo caminho a pé dos Pirineus até a cidade Port Bou, na Catalunha. Viagem esta que durou um dia todo e que foi extremamente torturante para Benjamin, acometido de problemas no coração. Entretanto, quando chegaram, foram avisados que a fronteira estava fechada, que os vistos de trânsito para a Espanha não tinham mais validade e que eles teriam de retornar para a França no dia seguinte. Antes de dormir, ainda no posto da fronteira, Benjamin consome todos os tabletes de morfina que trazia consigo, morrendo pela manhã (GAGNEBIN, 1982; KIRSCHNER, 2007).

Nessa trajetória de “pequenas vitórias” e “grandes derrotas”, Benjamin deixa a vida sem a certeza do quanto a sua obra seria lida, debatida, interpretada e serviria de referência para, entre outras tantas coisas, (re)pensar o papel das análises históricas e da teoria crítica de tempos em tempos. Nesse sentido, seu “fracasso exemplar” e suas “grandes derrotas” certamente se transmutam em uma certa conquista póstuma, o que faz a sua própria trajetória ser “escovada a contrapelo”. Utilizando as metáforas encontradas nas próprias teses, visitar Benjamin é garantir que se faça ouvir o eco de sua voz emudecida. É buscar garantir segurança aos mortos. É olhar para o passado a contrapelo. A sua obra, sobretudo as teses, apresenta um misto de melancolia e utopia, de marxismo e messianismo, mas com uma radicalidade que é devastadora (GAGNEBIN, 2004; LÖWY, 2005).



2.1. Recepção das teses *Sobre o conceito de História* pela historiografia brasileira

“Há pelo menos um ano, soube que estavam procurando um professor para ensinar literatura alemã em São Paulo; logo pensei no senhor e, na época [...], mandei seu endereço [...] para as instâncias competentes – mas a coisa não deu em nada...”

Erich Auerbach a Walter Benjamin, 23/09/1935

Antes de discorrer um pouco sobre o contexto de recepção das teses *Sobre o conceito de História* no Brasil, vale destacar que existiu alguma possibilidade de Walter Benjamin ter sido professor de literatura alemã na Universidade de São Paulo. A carta do historiador da cultura Erich Auerbach para Benjamin confirmando essa possibilidade foi descoberta há algum tempo atrás nos arquivos de Benjamin, na Alemanha. Nas palavras de Michel Löwy “por culpa de alguma instância incompetente, a USP perdeu a oportunidade de incluir Benjamin no seu corpo docente...” (2005, p. 9). Mas infelizmente, como vimos acima, a história foi outra...

As teses, escritas, como visto, em 1940, foram traduzidas em português³ e publicadas no Brasil em 1985, no primeiro volume das *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Apesar de ter desaparecido do título da coletânea e estar como último texto entre outros ensaios, o prefácio escrito por Jeanne Marie Gagnebin, intitulado *Walter Benjamin ou a história aberta*, dá uma ênfase especial para as teses, já se transformando em um primeiro comentário brasileiro sobre esse texto:

Aqui estão, finalmente editadas em português, as famosas teses “obre o conceito de história”, último escrito de Walter Benjamin, publicadas após sua morte, em 1940. Não pretendo, no âmbito desta breve introdução, fazer delas uma interpretação exaustiva. Prefiro escolher um aspecto essencial, mas pouco estudado da filosofia de Benjamin, sua teoria da narração. [...] [as teses] não são apenas uma especulação sobre o devir histórico “enquanto tal”, mas uma reflexão crítica sobre nosso discurso a respeito da história (das histórias), discurso esse inseparável de uma certa prática. Assim, a questão da escrita da história remete às questões mais amplas da prática política e da atividade de narração (GAGNEBIN, 1987, p. 7).

Na década de 1980, no contexto do início do fim da ditadura civil-militar, a história torna-se um componente fulcral da política. O projeto de “modernização” e “progresso”

³ Tradução de Sergio Paulo Rouanet.



“desenvolvimentista” da ditadura e as futuras agendas políticas nesse cenário leva parte da militância política a se repensar. Segundo Gunter Karl Pressler:

o movimento da democratização alcançou, depois de 20 anos de opressão, em 1985, com a campanha “Direta Já”, o ápice: o regime militar renunciou a favor de um regime civil democrático. No debate intelectual levantou-se a pergunta: como entender e com qual instrumento teórico analisar os fenômenos sócio-econômicos e sócio-culturais do recente passado e do presente? A razão, diz uma parte da intelectualidade, assim foi instrumentalizada em favor do serviço dos militares e do capital internacional (2006, p. 206).

Com efeito, se Benjamin escreveu as teses no contexto do pacto Ribbentrop-Molotov, o pano de fundo – ou de frente - da recepção do texto no Brasil é o fim da ditadura militar e o início de uma reformulação democrática. Isso, de certo modo, ressoa na referida introdução de Gagnebin para as *Obras escolhidas* de Benjamin: “a inteligência da esquerda entra numa fase de auto-crítica e tenta redefinir teoricamente as forças da história” (PRESSLER, 2006, p. 211). Não à toa, é possível “constatar um *boom* de Benjamin, no final da ditadura militar” (PRESSLER, 2006, p. 210)⁴.

É interessante ressaltar que talvez a obra que tenha mais marcado a historiografia brasileira no tocante ao uso de uma “narrativa” mais influenciada pela concepção de Walter Benjamin e também por Michel Foucault, *O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução*, de Edgar de Decca, não faça referências diretas – na bibliografia - nem a Foucault, nem a Benjamin. Mas qual a razão, então, de *O Silêncio dos Vencidos*, ganhar esse status de grande representante de uma historiografia benjaminiana brasileira? A primeira razão é porque, de fato, o autor se propõe e realiza uma crítica das interpretações historiográficas oficiais e marxistas sobre a “Revolução de 1930”. A segunda – e não menos fundamental – se dá pelo prefácio da primeira à quarta edição, escrito por Marilena Chauí e intitulado “História a Contrapelo”, no qual a autora claramente utiliza a metáfora benjaminiana de “escovar a história a contrapelo”. Um detalhe que não deve passar despercebido é que o próprio de Decca nega

⁴ O ápice desse *boom* certamente será o simpósio dedicado ao autor, em 1990. Nesse ano é realizado, no Instituto Goethe, em São Paulo, um simpósio Brasil – Alemanha, intitulado *Sete Perguntas a Walter Benjamin*. Aproximadamente 2 mil pessoas participaram. O resultado do simpósio gerou um dossiê homônimo na edição número 15 da *Revista USP* e pode ser lido em sua íntegra em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1912/showToc> - disponível em 12/08/2016.

parte da influência que de Walter Benjamin a que lhe é atribuída. No prefácio a quinta edição, escreve: “Uma outra possibilidade seria a de esclarecer alguns mal-entendidos suscitados pelo livro, como por exemplo, o de que ele defende a ideia de uma história dos vencidos. Este, talvez, seja o maior deles.” (DE DECCA, 2004, p. 15). Mais do que uma obra histórica, o autor faz um balanço historiográfico do que foi produzido sobre a temática, para demonstrar como se “produz a memória histórica” (2004, p. 16). Em uma entrevista a Gunter Karl Pressler, de Decca confidencia ter lido “Benjamin, mas [que] não estava pensando nele enquanto constituiu seu trabalho” (PRESSLER, 2006, p. 232).

Para além da suposta influência em *O Silêncio dos Vencidos*, temos textos que se debruçam diretamente sobre as *teses* e a visão benjaminiana de história. A já mencionada Jeanne Marie Gagnebin, suíça residente no Brasil desde 1978, especialista em filosofia da história, possui uma vasta quantidade de obras sobre a temática no Brasil. Entre elas, além da organização e do prefácio do já citado primeiro volume das *Obras escolhidas*, destacam-se *História e Narração em Walter Benjamin* (2004) e *Walter Benjamin: os cacos da história* (1982). Michael Löwy também se debruça sobre as *teses* em *Walter Benjamin: um aviso de incêndio* (2005), obra na qual defende a ideia de uma “afinidade” das *teses* entre o romantismo alemão, o messianismo judaico e o marxismo revolucionário. O historiador Michael Zaidan Filho (1989) e o filósofo Leandro Konder (1989) também possuem vasta contribuição sobre a temática. Por fim, destaco o trabalho de Gunter Karl Pressler, intitulado *Benjamin, Brasil* (2006), no qual o autor analisa a recepção de Benjamin por pensadores brasileiros entre 1960 e 2005, nas mais diversas áreas: história, crítica literária, filosofia e filologia.

3. A “colonização” da região de São Carlos

Segundo os registros de sua “memória oficial”, São Carlos foi fundada como distrito de paz do município de Araraquara em 1857 e emancipada em 1865, quando foi elevada à condição de vila com o nome de São Carlos do Pinhal. Essas datas marcam os acontecimentos que garantem a autonomia política desejada pelos fazendeiros de café que mantinham suas propriedades na região. Entretanto, o primeiro passo para tentar desenvolver uma

“contranarrativa” histórica e outro enquadramento de memória é romper com essas balizas temporais mais tradicionais.

Para nos auxiliar em tal empreita, Marcel Mano, em *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista* (2006), faz um estudo minucioso sobre as populações nativas que habitavam a atual região de São Carlos. Segundo o antropólogo, essa área do “Oeste Paulista” era ocupada por povos tupis dos grupos Tupinambá e Tupiniquim, e povos gês, dos grupos Kaingang e Kaiapó.

No entanto, não podemos dizer que a “história oficial” simplesmente ignora a presença das populações nativas na região. No primeiro texto sobre a história de São Carlos, que data de 1894, Cincinato Braga, advogado e político na região, diz:

O territorio, que hoje constitue o municipio de S. Carlos do Pinhal, faz parte da vasta zona originariamente occupada pela confederação dos indios guayanazes (goià-nà, em tupy correcto), os quaes, aquem da Serra do Mar, senhorearam dominios independentes desde epocha que perde-se na obscuridade dos tempos. Valentes e arrogantes, insubmissos ao captiveiro, tinham elles, todavia, costumes brandos, e não eram antropophagos (BRAGA, 2007, p. 4).

Partindo desse texto, as outras produções mais alinhadas com a “memória oficial” do município utilizam a designação Guayaná (ou Guayanazes) para se referir à tribo dos nativos que habitavam a região que viria a ser São Carlos. Essa informação, que também é constantemente reproduzida em trabalhos de caráter acadêmico, se configura em um equívoco. Segundo Mano (2006), o termo Guayaná não é uma autodesignação tribal. É um construto, feito por nativos e brancos, que está relacionado à noção de barbárie, para descrever aquelas tribos que se opunham linguística e/ou militarmente aos Tupis. No caso da região, os Kaingang e os Kaiapó.

A partir do século XVIII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais e nos atuais estados de Mato Grosso e Goiás, há um considerável deslocamento populacional do litoral para o interior do Brasil. Nesse contexto, foram abertos caminhos adentrando o interior do território paulista. Um deles, conhecido como Picadão de Cuiabá, atingira um córrego em terras que viriam a ser o município de São Carlos, onde, em sequência, se formou um povoado, o qual consta ter servido de ponto de repouso e reabastecimento de tropeiros que por ali passavam.

Entretanto, ao falar sobre esse momento, é necessário tomar uma série de cuidados com os termos utilizados. Os termos “povoamento”, “ocupação” e até mesmo “sertão”, constantemente utilizados até mesmo pela historiografia mais tradicional, remetem à falsa ideia que o território “desbravado” por bandeirantes, tropeiros e “ocupados” por pequenos e grandes lavradores, era “terra de ninguém”. Assim como a negação da verdadeira identidade dos nativos, a “história oficial” também nega, por muitas vezes, a existência destes. Os bandeirantes, sempre apresentados nesses textos com uma visão romantizada, teriam trazido o progresso e a civilização para o “sertão”. Esses termos, efetivamente, contém uma grande carga de violência simbólica. Essa “ocupação” não é de espaços vazios. Os nativos são privados de suas terras ancestrais, de sua cultura e, no limite, de sua própria vida (LEONARDI, 1996).

No âmbito geral, as *teses* de Benjamin tecem diversas críticas contra o positivismo historicista. Na *Tese VI*, o autor cita que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’⁵” (1987, p. 224). Esse tipo de abordagem historiográfica rejeitada por Benjamin, que busca trazer do passado a “verdade” histórica, apenas representa “a visão dos vencedores, dos reis, dos papas, dos imperadores” (LÖWY, 2005, p. 65), dos fazendeiros e bandeirantes. Esse tipo de interpretação mostra o passado e o presente como frutos de um progresso ininterrupto e inevitável. Ao chamar as terras ancestrais dos nativos de “sertão”, o termo vem acompanhado implicitamente como algo rústico, a ser naturalmente “desbravado” e “desenvolvido” pelo “homem branco”, “moderno”. Nega-se, nesse momento, todo um histórico de conflitos, de violência, de expropriação. Nega-se, portanto, o passado pelo ponto de vista do oprimido, que, nas palavras de Löwy, “não é uma acumulação gradual de conquistas, como na historiografia ‘progressista’ [oficial/positivista/historicista], mas sobretudo uma série interminável de derrotas catastróficas” (2005, p. 66).

Segundo Gagnebin (1982), a visão de “história dos vencidos” proposta por Benjamin não deve pensar em “previsibilidade” ou em “teleologia”. Portanto, o tempo jamais deve ser visto como algo linear e homogêneo. Deve-se, portanto, “revelar o possível”. Assim, os termos que suprimem os conflitos necessitam, no mínimo, serem colocados sob rasura. Se possível,

⁵ Essa frase criticada por Benjamin é de Leopold von Ranke, historiador alemão do século XIX, principal representante do historicismo.

eliminados. Substituídos por outros que demarquem o conflito. Que devolvam minimamente os “ecos das vozes emudecidas”. Assim, por que não suprimimos “sertão”? Por que não substituímos “ocupação” e “povoamento” por “expropriação” e “colonização de povos e territórios”? Ou mesmo explicar “as rasuras” do termo sempre que possível? Mesmo que aparentemente isso possa dificultar a escrita do texto, isso acaba por ir ao encontro ao “método de denúncia” pretendido por Benjamin (GAGNEBIN, 1982).

A região na qual se constituiu o atual município de São Carlos teve o início de sua “colonização” mais ampla em meados do século XIX. No início desse processo a região era um local distante da fiscalização imperial e ainda fora de uma economia de mercado mais ampla, sendo um bom destino para “pessoas malsucedidas a leste [...] lavradores em busca de terras que os fariam pequenos proprietários” (TRUZZI, 2000, p. 37). Todavia, a possível farta quantidade de terras no interior de São Paulo não despertou apenas o interesse dos “malsucedidos”. Uma vez reconhecida por estes, parcialmente livre dos nativos e já contando com matas derrubadas e pequenas plantações, a região passou a ser alvo de cobiça de influentes fazendeiros. Muitos deles, se já não possuíam cartas de sesmarias, usaram nesse momento de seu prestígio para consegui-las (TRUZZI, 2000: 23). Assim, se em um primeiro momento, o conflito se configurou entre esses lavradores migrantes e nativos, em meados do século XIX, se estabeleceria outro padrão de disputas: entre pequenos posseiros e grandes sesmeiros (SILVA, 2015).

Um desses conflitos ficou registrado na “memória oficial” de São Carlos: a expropriação do posseiro Gregório, personagem que batiza até hoje o já mencionado córrego que serviu como referência para a “colonização” da região. Sobre a disputa, Cincinato Braga escreve que “outr’ora, quando em 1831 Carlos J. Botelho medira as suas sesmarias, encontrara, habitando a margem do riacho que corta agora a rua S. Carlos, um intruso de nome Gregório de tal.” (BRAGA, 2007, p. 15). O posseiro supostamente teria sido expulso após o processo de demarcação da Sesmaria do Pinhal, a mando dos já possuidores dos títulos das terras, desaparecendo assim de qualquer registro oficial do município. Verifica-se assim um processo de expropriação muito comum à época.

Entretanto, reitero que não se pode perder de vista que no início do movimento de expropriação em território brasileiro, os primeiros espoliados foram aqueles que eram detentores da posse ancestral da terra: os nativos. Do mesmo modo que a modernidade justificou a violência contra a população nativa, “atrasada, bárbara e bestial”, o avanço do progresso também perpassou as relações entre detentores de grandes capitais e indivíduos livres e, por vezes, pobres, que se tornaram posseiros. Em ambos os casos, há uma relação violenta entre avanço e atraso no seio do desenvolvimento econômico. A subjugação é naturalizada pela capacidade dos grandes proprietários em propiciar um maior desenvolvimento às regiões. Assim, pode-se afirmar que os brasileiros foram “colonizadores e colonizados, ao mesmo tempo, no interior de um mesmo processo histórico” (LEONARDI, 1996, p. 57). Há nesse sentido, um duplo processo de expropriação violenta. Em primeiro lugar, contra os nativos e, em seguida, contra os primeiros lavradores. Portanto, podemos dizer que há uma espécie de “colonialismo interno”.

Com a Independência, aboliu-se o regime do sesmariamento. Assim, após 1822, o Brasil ficaria 28 anos sem qualquer regra que regulamentasse a apropriação da terra. Nesse tempo, o apossamento se tornou a única forma de aquisição de terras, tanto para proprietários já estabelecidos que pretendessem ampliar as suas terras, quanto para aqueles que almejavam uma nesga de terra. Viria então, em 1850, a *Lei Nº 601*, que deveria dar conta de regulamentar as aquisições de terras dali em diante e também resolver os problemas gerados por essa lacuna. Como visto, há uma intensificação da “colonização” da região estudada justamente no período de intervalo na regulamentação do acesso à terra. Certamente, o “tal” Gregório não foi o único a estabelecer posse na região. Entretanto, ainda que outras expropriações tenham ocorrido, não há outros registros desse período. Assim como os Kaingang e Kaiapó “desaparecem” sob a denominação branca de “Guaianases”, os pequenos posseiros também “desaparecem” da construção da “memória oficial” do município.

O processo de “colonização” de São Carlos, portanto, indica o movimento de expulsão e/ou extermínio de nativos, expropriação dos posseiros e a estratificação de uma estrutura agrária baseada na propriedade. No segundo momento desse processo, verifica-se normalmente dois destinos para o expropriado: a migração forçada cada vez mais para o interior; ou a

incorporação de sua mão de obra nas grandes lavouras, principalmente através da formação de um exército de trabalhadores reservas utilizados como eventualmente como camaradas em trabalhos de considerável risco. Entretanto, nem sempre essa relação foi tão linear. Muitos posseiros modestos conseguiram produzir resistência à desapropriação. O desafio de escrever uma “história a contrapelo” desse movimento reside em encontrar os ecos dessa resistência em documentos preservados, mesmo sabendo que esses documentos são produzidos pelos “vencedores”. Um caminho que tem se revelado interessante para tal, é a análise de processos judiciais. Ainda que poucos conflitos tenham chegado aos tribunais, e os que chegaram passaram pelo filtro dos advogados, juízes e escrivães, os processos constituem fonte privilegiada para o estudo do tema (MONSMA, 2005). Principalmente por dar voz, mesmo que ecoada por outro indivíduo, àqueles que sofreram o processo de dominação⁶.

4. São Carlos e seus “mitos de fundação”

Faz-se necessário dizer que a segunda metade do século XIX é um período em que ocorrem importantes transições. A começar pela *Lei de Terras* em 1850, que visava transformar os apossamentos e as sesmarias em propriedades, no sentido moderno do termo. É nesse período, também, que se inicia, na região, a expansão do empreendimento cafeeiro já assentado em uma disciplina de trabalho com traços capitalistas, substituindo um modelo de produção voltado para a criação de animais e cultivo de gêneros de primeiras necessidades (MOURA, 1998; MESSIAS, 2003). Além disso, temos nesses cinquenta anos, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com as leis *Eusébio de Queiroz*, em 1850, e *Ventre Livre*, em 1871, além da própria *abolição* em 1888. Vale ressaltar que a iminente abolição provocou inúmeros debates sobre quem ocuparia o lugar os escravos na lavoura de café. Em 1878, optou-se pela imigração de europeus, em detrimento da utilização da mão de obra de recém e futuros libertos e de trabalhadores nacionais livres (BEIGUELMAN, 1977; EISENBERG, 1989;

⁶ A título de ilustração de trabalhos que utilizam processos para tentar captar, de algum modo, na região, as vozes dos “vencidos” podemos citar *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros imigrantes no oeste paulista* (2016), de Karl Monsma; *Liberdade sob tensão: negros e relações interpessoais na São Carlos pós-abolição* (2014), de Rogério da Palma; e *Posseiros e possuidores: conflitos sociais na formação da estrutura fundiária em São Carlos entre 1850 e 1888* (2015), de minha autoria.

VANGELISTA, 1991). Por fim, essa época é fundamental para o Estado brasileiro legitimar a sua autoridade como instituição, regulamentando para isso, com a própria *Lei de Terras*, a apropriação territorial. Em suma, o que está em jogo é a gestação de um projeto de modernização do país, que buscava alçar reformas nas dinâmicas sociais que pudessem implantar um novo modelo para suplantiar o modelo colonial (LEONARDI, 1996; SILVA, 2008; MISKOLCI, 2012).

O surgimento do município de São Carlos se insere diretamente nesse contexto. Como dito, foi fundado como distrito em 1857, tornando-se vila em 1865, adquirindo autonomia política. Com efeito, é possível observar dois modelos de narrativa na construção dos “mitos de fundação” dos municípios da região de São Carlos. O primeiro modelo liga a “fundação” aos membros de uma elite já estabelecida, sobretudo na figura dos sesmeiros. Já o segundo apresenta apossadores que de alguma maneira conseguiram legalizar suas terras e, na maior parte dos casos, passaram a constituir a elite econômica e política da região⁷. Obviamente, a análise dessas “narrativas míticas” podem nos trazer informações sobre a organização política e econômica dos atores que fizeram parte do processo de emancipação das regiões em municípios. Sendo a memória um elemento constituinte do sentimento de identidade, ao verificarmos em torno de qual indivíduo – ou grupo – a “narrativa mitológica” se estabelece, podemos compreender qual o tipo de identidade prevaleceu na construção da memória de uma determinada região. Segundo Pollak, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (1992, p. 205).

Efetivamente, a narrativa também será um componente fulcral em Walter Benjamin, sobretudo para constituição dos sujeitos. “Essa importância sempre foi reconhecida como a da rememoração, da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento” (GAGNEBIN, 2004, p. 3). Assim, produzir narrativas

⁷ É possível encontrar esse padrão de “mitos de fundação” em trabalhos que também propõem uma análise crítica dos processos de fundação em outras regiões do interior de São Paulo, como nas regiões de Jales (MELO, 2013; NARDOQUE, 2002) e Olímpia (BOECHAT, 2009). Na região de São Carlos, há trabalhos que também “desmistificam” as fundações de Araraquara (LEMOS, 1972; TRUZZI; FOLLIS, 2012) e Descalvado (FOLLIS; SILVA, 2012).

alternativas demonstra que poderíamos ter feito da nossa história uma outra história, em um jogo que recobra memórias soterradas sob os escombros do esquecimento. No limite, é tentar tirar do silêncio, um passado que a história oficial não nos conta (GAGNEBIN, 1982).

O “mito de fundação” de São Carlos é um exemplo muito interessante para analisarmos essas disputas de força pela apropriação da construção de uma memória dominante: a família Arruda Botelho compete com Jesuíno José Soares de Arruda o “título” de ter “fundado” do município. O primeiro “historiador oficial local”, o já mencionado Cincinato Braga, elege inicialmente o sesmeiro Carlos José Botelho, patriarca da família Arruda Botelho, como o indivíduo responsável pela ideia inicial de fundar um município em suas terras. Nas palavras de Braga: “Carlos Botelho nutria a idéia de fundar uma cidade em suas terras; faleceu, porém, em Novembro de 1854, antes que tivesse principiado a execução de seu projecto” (BRAGA, 2007, p. 14). Segundo Braga, com o falecimento de Carlos Botelho, coube a seus herdeiros, liderados por Antonio Carlos de Arruda Botelho, então presidente da Câmara Municipal de Araraquara, dar prosseguimento à fundação do município, batizado de São Carlos do Pinhal, em homenagem ao santo padroeiro da família Botelho, São Carlos Borromeu. Jesuíno é mencionado nessa descrição com tendo apenas auxiliado na fundação, trazendo de Piracicaba o “carapina que levantou a capella” (BRAGA, 2007, p. 16).

É importante fazermos um breve comentário, nesse momento, sobre a escolha do nome do município pela família Arruda Botelho. Por conta dessa devoção, o nome “Carlos” acompanha quase todos os homens da família. Partindo de Antonio Carlos de Arruda Botelho, temos desde o seu avô Carlos Bartholomeu e seu pai, Carlos José, passando pelos irmãos, Paulino Carlos, João Carlos, Bento Carlos e Carlos Bartholomeu, chegando até seus filhos, Carlos José, Carlos Augusto, Martinho Carlos e Carlos Amadeu. Segundo Beatriz Medeiros de Melo, o batismo dos municípios que fazem “alguma associação com nomes de santos dos quais estes pioneiros eram devotos” em detrimento ao costume de batizar municípios “com nomes indígenas”, pode ser entendido também como uma forma de sobreposição e posterior extinção de uma memória nativa. Nas palavras da autora, “dessa herança indígena, quase nada subsiste” (MELO, 2013, p. 51). Vale ressaltar que entre os municípios vizinhos, São Carlos é um dos poucos a receber um nome que não faça referência a uma herança nativa, como no caso dos

municípios de Araraquara e Itirapina, que significam “toca das araras” e “morro pelado”, respectivamente, ou a um rio ou outra marca geográfica, como no caso do município de Ribeirão Bonito. Isso é, sem dúvidas, preponderante para a realização de um “controle de memória” extremamente “colonizador”.

O “fundador” escolhido por Cincinato Braga, portador da “memória oficial”, era, portanto, um grande fazendeiro ligado à classe dominante local: Antonio Carlos de Arruda Botelho, o futuro “Conde do Pinhal”. É interessante, sobretudo, verificar como essa história foi construída em sobreposição a outra: a do já mencionado posseiro Gregório, que habitou a região “em 1831, quando a sesmaria do Pinhal foi demarcada, à beira do riacho que atravessava a cidade e que herda seu nome” (TRUZZI, 2000, p. 38). Apesar de deixar uma importante marca na memória local, batizando o dito rio, Gregório aparece sempre na memória social de São Carlos, reforçada, entre outras coisas, pelo texto dos “memorialistas”, como um posseiro que invadiu as terras pertencente aos Arruda Botelho.

O texto de Cincinato Braga é praticamente repetido na íntegra em quase todos os Almanques. Exceto no subsequente. Em 1905, o advogado Philippe Ladeia de Faria, que ocupa o lugar de Braga na elaboração do trecho referente a história do município, inicia seu texto afirmando que divergirá das interpretações realizadas pelo seu predecessor e tece uma crítica sutil à Braga ao dizer que a história de São Carlos é envolvida por “lendas” não exatamente confirmadas empiricamente. No tratamento dado a Gregório, o autor condena com certa veemência a versão criada por Cincinato Braga, a qual trata Gregório como um “intruso”. É importante salientar que em momento algum, Faria se refere a Gregório como invasor. Segundo o autor:

Repugna á nossa consciencia chamar-lhe intruso por que o estudo dos documentos e comparação dos factos historicos, nos dá a entender que Gregorio se localisou, como outros, na convicção que se detinha em lugar não ocupado, que não fosse propriedade de outrem. Por conseguinte não occupou violentamente aquelle local (FARIA, 2007, p. 7).

No entanto, é sobre o processo de fundação de São Carlos que as maiores divergências aparecem. Philippe Ladeia de Faria defende, pela primeira vez, a ideia de Jesuíno de Arruda como verdadeiro fundador do município. De fato, consta transcrito nos Almanques um

documento de doação de um terreno feito por Jesuíno para a construção da igreja matriz e do primeiro perímetro urbano de São Carlos. Philippe Ladeia de Faria é substituído por Theodorico de Camargo nos próximos Almanques. Assim, o novo “historiador oficial” do município limita-se a reproduzir a versão inicial, defendida por Cincinato Braga. Reprodução esta que se repete até o último Almanque editado em 1928. Curiosamente, o mesmo Theodorico de Camargo vai se tornar, posteriormente, o maior defensor da versão de que Jesuíno de Arruda é, de fato, o fundador de São Carlos. Inclusive, em 1934, Camargo é o responsável pela inauguração de um busto na cidade em homenagem a Jesuíno.

Assim, a disputa entre as duas versões do “mito fundador” de São Carlos se intensifica em meados do século XX. Em 4 de novembro de 1952, em uma matéria feita para homenagear o 96º aniversário de São Carlos, o jornal *O Estado de São Paulo* já pontuava a disputa:

Lê-se que Carlos José Botelho tivera idéia de fundar uma cidade em suas terras mas não o conseguiu, por ter morrido em 1854. Jesuíno José Soares de Arruda que, por compra a alguns dos herdeiros do falecido, se tornara condômino da sesmaria do Pinhal, resolveu, juntamente com sua mulher, dona Maria Gertrudes de Arruda, construir uma capela. É precisamente esse ponto da historia de São Carlos que mais discussões tem ocasionado pois alegam uns que foi a família dos Botelhos quem fundou a cidade, simplesmente ajudados por Jesuíno José Soares de Arruda. Outros, porém, apoiados em documentos historicos, de cuja veracidade não se pode duvidar, dão a gloria de ser fundador de S. Carlos a Jesuíno José Soares de Arruda e sua mulher, pois foram eles que pediram licença ao bispo diocesano para a construção da capela, a qual se ergueu sob as vistas de Jesuíno (A CIDADE..., 1952, p. 8).

Com efeito, o embate chegará ao seu ápice com as proximidades das comemorações do 1º centenário do município, em 1957. Na época, Maria Cecília Botelho Ferraz, neta de Antonio Carlos de Arruda Botelho, lança o livro *São Carlos e sua fundação*, no qual defende a versão “Botelhistas” da fundação de São Carlos. Segundo a autora, Jesuíno de Arruda não era dono das terras que doara, servindo apenas de intermediário dos Arruda Botelho, à medida que juridicamente era proibida, desde Pombal, a doação de partes de uma sesmaria para construção de igrejas. Assim, Jesuíno de Arruda havia apenas emprestado seu nome no documento de doação, para que os Arruda Botelho não viessem a ter problemas jurídicos por conta de tal ato. A resposta de Theodorico de Camargo não tardou. Em vários artigos publicados nos jornais da cidade, travou-se, então, uma ferrenha disputa entre Camargo e Maria Cecília Botelho Ferraz,

que contou, inclusive, com mútuas acusações de falsificação de documentos. Esse embate foi compilado em um livro, intitulado *Jesuino de Arruda e a fundação de São Carlos*, lançado por Theodorico de Camargo (1957). Segundo Truzzi, “a discussão, entremeada por pareceres de historiadores locais e de fora, descambou em agressões entre os herdeiros de cada uma das famílias, sugerindo mais uma disputa por argumentos que tivessem o dom de recuperar antigos foros de prestígio e nobreza” (2000, p. 25).

Durante a disputa, Maria Cecília Botelho Ferraz recorre ao IHGB e, conseqüentemente, a pretensa credibilidade conferida pelo Instituto, para ratificar a sua versão. Consegue. Em 1956, a Comissão de História do Instituto, composta por Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Henrique Carneiro Leão Teixeira, Herbert Canabarro Reinhardt e Valentim Benício da Silva emitem parecer favorável à versão “Botelhistas” da fundação de São Carlos. Parecer este que foi publicado na revista do Instituto e no jornal O Estado de São Paulo:

D. Maria Cecilia B. Ferraz, sendo senhora culta para organizar uma documentação farta a fim de se saber a respeito de um dos grandes centros de formação e desenvolvimento do progressista Estado de São Paulo, lançou a erudita publicação que vem a ser pagina definitiva em que se vê a argúcia intuição apontarem o fundador da cidade de São Carlos. [...] No documento citado, repito, não se diz que Jesuino José Soares fosse possuidor da terra de que fez doação ao Episcopado, mas, como afirma Maria Cecília, de fato não era possuidor. Afirmer Jesuino que, como titular de direito, ele procedia, não justifica juridicamente o que fazia. Declarações nada adiantam no caso mesmo que oferecidas ao registro público, uma vez que a pessoa pode afirmar as maiores inverdades. [...] Entretanto, afirmar que Jesuino é o único fundador de São Carlos do Pinhal, por ter doado o chão da capela sem dar os fundamentos jurídicos da doação, é tendenciosa afirmativa que leva a descreer nela. Esta é uma historia sem comprovantes, mas a causar espécie tanta discussão a respeito sem de fato se fazer prova de quem era o terreno, pertencente aos Arruda Botelho, mas tido como da posse de Jesuino para este fazer a doação. Uma vez que por trás da simulada doação corria, por certo, interesse dos Arruda Botelho, atina-se com a razão de ter sido ela feita. [...] A doação das terras em que fica a cidade de São Carlos não podia ser feita por Jesuino porque não tinha ele justo titulo para dispor dessas terras doando-as. São fundadores de São Carlos do Pinhal os Arruda Botelho que todo fizeram em prol da localidade (PARECER... 1956, p. 6).

Vale ressaltar que a História e a literatura cumprem um importante papel no processo de construção da identidade nacional brasileira durante esse período. O primeiro Instituto Histórico e Geográfico foi fundado em 1838, apenas 16 anos após a independência do país.

Com sede no Rio de Janeiro, a então corte, o IHGB foi predominantemente financiado e dominado pela oligarquia local e, nas palavras de Lilia Moritz Schwarcz, tinha por objetivo “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1996, p. 129).

Na década de 1890 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Seguindo os moldes do IHGB, o IHGSP tinha como objetivo realizar a (re)construção da História do Brasil na perspectiva de uma suposta especificidade paulista. Com o lema “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, o IHGSP surge, sobretudo, marcado por uma rivalidade regional com o instituto do Rio de Janeiro, que jamais é citado pelas primeiras publicações dos paulistas. Rivalidade esta que era um reflexo da nova configuração econômica resultante da pujança da cafeicultura paulista, concomitante com a decadência das fazendas de café cariocas (SCHWARCZ, 1996, p. 126). Como um dos primeiros destaques dessa (re)construção proposta pelo IHGSP, está a famosa ligação da figura romantizada do bandeirante, apresentado sempre como valente e laborioso aventureiro, com a identidade paulista. Os próprios membros do Instituto se autoproclamavam como “bandeirantes” que tinham como missão “em múltiplas, em contínuas entradas, o descimento das verdades históricas” (apud SCHWARCZ, 1996, p. 127).

É evidente que a disputa pelo “controle da memória” da fundação de São Carlos repercute na construção da “memória coletiva” do município. Por mais que atualmente parte dessa “memória coletiva” reconheça a figura de Jesuíno de Arruda como um dos fundadores de São Carlos, a figura de Antonio Carlos de Arruda Botelho se sobressai como sendo, no mínimo, o responsável principal pela criação do município. Isso se dá, sobretudo, pela grande presença de “monumentos” em São Carlos que possuem forte ligação com a figura do “Conde do Pinhal”. Entre eles, há ruas homenageando diversos membros de sua família, além de um colégio, chamado “Conde do Pinhal”, no qual funciona atualmente a Diretoria Regional de Ensino. Em que pese o nome Jesuíno José Soares de Arruda também “batizar” uma rua e uma escola do município, é seguro a família Arruda Botelho quem “constrói” os maiores “monumentos” para a “memória oficial” do município. Além de, provavelmente, o maior “monumento” do

município, que é seu nome, é possível destacar outros dois: o “Palacete Conde do Pinhal”, prédio construído em 1893, como residência da família Arruda Botelho no perímetro urbano da então São Carlos do Pinhal, sendo usado posteriormente, entre 1921 e 2007, como sede da prefeitura municipal da cidade; e, principalmente, a “Fazenda Pinhal”, antiga propriedade rural de Arruda Botelho, que hoje funciona como um espaço de educação patrimonial, além de abrigar parte do acervo histórico documental da cidade, sobretudo, a parte referente à família Botelho.

Na *tese VII*, Walter Benjamin faz uma consideração sobre os “monumentos”, que pode nos auxiliar a pensar criticamente os monumentos levantados em homenagem a elite novecentista de São Carlos, bem como o próprio nome do município, talvez seu monumento-mor: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1987, p. 225). Assim, quais memórias os monumentos da família Arruda Botelho subjugam? O fato é que a senzala da preservada Fazenda Pinhal fora destruída em uma reforma, transformada em restaurante. A quem serve esse tipo de preservação?

O historiador francês Jacques Le Goff também nos auxilia a pensar, em conjunto com Benjamin, sobre a temática: “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (2006, p. 526). Segundo o historiador, a memória é um elemento essencial na construção da identidade, mas a memória coletiva é um instrumento e um objeto de poder, à medida que pode ser construída, moldada e manipulada por determinados grupos sociais. Para Le Goff, o que se mantém preservado não é simplesmente um conjunto de coisas que existiram no passado, mas sim o que é escolhido por alguém para ser preservado.

Com efeito, a noção de “monumento” de Walter Benjamin e Jacques Le Goff vai ao encontro do conceito de “lugares de memória”, de Pierre Nora. Para o autor, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (1993, p. 13). Assim, a construção de uma determinada “memória coletiva” através da seleção criteriosa de quais

“lugares de memória” se preservam ou não, acaba servindo a grupos sociais específicos. Segundo Michel Zaidan Filho, “se a linguagem alegórica é a única que se presta a resgatar a contramemória dos oprimidos históricos de todos os tempos, o símbolo é o signo da memória da dominação” (1989, p. 51). Certamente, os monumentos, nesse caso, cumprem esse papel: fomentam uma memória dos dominantes.

Como visto, a História serviu para a construção de identidades específicas, sejam elas nacionais, regionais ou locais. Essa construção é marcada, sobretudo, pela escolha de alguns nomes em contraposição de outros. Nesse sentido, é interessante notar como no cerne da disputa entre Antonio Carlos de Arruda Botelho e Jesuíno de Arruda, é Gregório, possivelmente um dos primeiros habitantes da região, que aparece como “intruso” sob o estigma de invasor, que é renegado a um mero coadjuvante na construção da narrativa histórica de São Carlos, que precisou ser expulso da região para a acomodação dos proprietários. Mais interessante ainda é que dos três, ele é o único que conseguiu mobilizar de forma espontânea parte da “memória coletiva”. Apesar da “Fazenda Pinhal” ser o “monumento” disseminado pela “memória oficial” como a célula *mater* de São Carlos, o rio que deu origem ao primeiro povoamento do município foi popularmente rebatizado com o nome do posseiro, passando de “Córrego de Servidão” para “Córrego do Gregório”. Assim, apesar da maioria das vezes a História ser responsável pela construção da “memória coletiva”, há casos, como esse, em que a própria memória subverte a História.

5. Considerações finais

A “memória oficial” do município de São Carlos foi precisamente seletiva. Ao criar propositadamente alguns “mitos”, diversos grupos tiveram sua trajetória suprimida no enquadramento feito pelos “historiadores oficiais” do município. Como nos adverte Walter Benjamin, essa “memória oficial” silencia conflitos. Ela é, sobretudo, linear, apresentando os grandes fazendeiros edificadores do município, responsáveis por trazer o progresso por essas bandas. Benjamin também nos adverte que “escrever a história no ‘sentido contrário’ [...] é recusar qualquer ‘identificação afetiva’ com os heróis oficiais [...]” (LÖWY, 2005, p. 80), sejam eles os bandeirantes ou o “Conde do Pinhal”.

Durante algum tempo, os “historiadores” e “memorialistas” locais construíram uma versão da História que, sobretudo, beneficiou uma edificação mitológica das elites. Especialmente com a chegada da grande lavoura cafeeira na região de São Carlos, muitos indivíduos foram expropriados de suas terras, além de serem “esquecidos” pela seletiva construção da “memória social” do município. Assim, quantos “Kaingang” ou “posseiros”, que por algum tempo ocuparam espaços subterrâneos das lembranças, não foram soterrados para sempre nesses lugares ocultos e condenados ao eterno esquecimento?

Com o recorrente processo de transformações na sociedade contemporânea, novas “demandas de memórias” são criadas. Há grupos que não se sentem efetivamente representados pela “memória oficial” imposta até o momento. É a partir de então que a História que alimentou por muito tempo essa “memória oficial” passa a ficar sob tensão (LE GOFF, 2006, p. 467). Nesse sentido, novos enfoques e novos estudos podem e devem fazer emergir novos atores e novos conflitos, que por sua vez, geram novas ramificações de memória, que requerem novos enquadramentos. Assim, por mais desafiador que possa parecer para nós, historiadores que trabalhamos com temáticas regionais, sobretudo pela ausência de fontes desses grupos expropriados, é de fundamental importância que nos atentemos para realizarmos uma produção historiográfica que tente ao máximo não reproduzir esses mitos. Que possamos compor narrativas que auxiliem na tentativa de construir uma memória de fato mais coletiva diferente daquelas que foram produzidas até então.

Afinal, “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 224). Que busquemos emergir esperanças de vitórias não realizadas no passado, ligando, pois, esse passado submerso com o presente. O processo de “colonização” do interior de São Paulo não expropriou somente terras e vidas. Expropriou e colonizou, sobretudo, memórias. Que possamos, ao menos, tentar devolver parte dessas memórias expropriadas. Que possamos “escovar” nossas próprias histórias – e memórias – a “contrapelo”.

Referências

A CIDADE de São Carlos comemora mais um ano de sua fundação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 nov. 1952.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura: obras escolhidas volume 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOECHAT, Cássio Arruda. **Região do colonato**: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857- 1964) do Oeste Paulista. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

BRAGA, Cincinato. Contribuição ao estudo da História e Geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal. In: **Almanach de 1894**. n. 1, v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

CAMARGO, Theodorico. **Jesuino de Arruda e a fundação de São Carlos**: (Supremacia dos Documentos). São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1957.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O Silêncio dos Vencidos**: memória, história e revolução. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FARIA, Phillipe Ladeia de. Apontamentos á historia do município de S. Carlos do Pinhal. In: **Almanaque de S. Carlos 1905**. n. 1, v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

FOLLIS, Fransérgio; SILVA, João Paulo da. Origens históricas do município. In: PAGANOTTO, A. & PRATTA, M. (Org.). **Cento e oitenta anos de História**: Descalvado sob várias perspectivas. São José do Rio Preto-SP: CM&N, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da história. Editora Brasiliense: São Paulo, 1982.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura: obras escolhidas volume 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

IBGE. Cidades. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br//>. Acesso em: jun. 2016.

KIRCHNER, Renato. “Trabalho das passagens, de Walter Benjamin”. In: **Viso**: Cadernos de estética aplicada, v. I, n. 3 (set-dez/2007), pp. 33-46.

KONDER, Leandro. **O Marxismo da Melancolia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEMOS, Alberto. **História de Araraquara**. Araraquara: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria; Prefeitura Municipal de Araraquara, 1972.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996.

LIMA, Renata Priore. **Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana**: São Carlos (1857-1977). São Carlos: EdUFSCar, 2008.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MANO, Marcel. **Os campos de Araraquara**: um estudo de história indígena no interior paulista. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2006.

MELO, Beatriz Medeiros de. **História e memória na contramão da expansão canavieira**: um estudo das formas de resistência dos sitiante no noroeste paulista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar: São Carlos, 2013.

MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista**: mercado interno e mão de obra no período de transição – 1930-1888. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MOURA, Denise Soares de. **Saindo das Sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

MONSMA, Karl. **Histórias de Violência**: Inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo das relações inter-étnicas. In: DEMARTINI, Z. & TRUZZI, O. (Org). **Estudos Migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros imigrantes no oeste paulista. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

NARDOQUE, Sederval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PALMA, Rogério da. **Liberdade sob tensão**: negros e relações interpessoais na São Carlos pós-abolição. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar: São Carlos, 2014.

PARECER do Instituto Histórico e Geográfico sobre o verdadeiro fundador da Vila de São Carlos do Pinhal. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 17 jun. 1956.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRESSLER, Gunter Karl. **Benjamin, Brasil**: a recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005: um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888. In: **Revista de História**. v. 1. n. 2. abr-jun. USP, São Paulo, 1950. pp. 195-218.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, João Paulo da. **Posseiros e possuidores**: conflitos sociais na formação da estrutura fundiária em São Carlos-SP entre 1850 e 1888. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar: São Carlos, 2015.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOUSA, Adriano Amaro de. A formação histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. In: **Geografia em Atos**, n. 8, v. 1, UNESP, Presidente Prudente, 2008. pp. 31-38.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e Indústria**: São Carlos (1850-1950). 2. Ed. São Carlos-SP: Editora UFSCar, 2000.

TRUZZI, Oswaldo; FOLLIS, Fransérgio. **A ocupação dos sertões de Araraquara**: das sesmarias e apossamentos à Lei de Terras de 1850. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2012.

VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista, 1850-1930. São Paulo: Hucitec, 1991.



Z Aidan Filho, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.

Recebido: 14 de julho de 2021

Aprovado: 10 de janeiro de 2022



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

